Demonstração dos superávits Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de re



CENTRO NACIONAL DE PESOUISA EM ENERGIA E MATERIAIS - CNPEM

CNPI 01 576 817/0001-75

	2012	2011		2012	2011
ATIVO	-	= = = = = = = = = = = = = = = = = = = =	PASSIVO		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	79.508	76.614	Fornecedores	641	583
Aplicações financeiras (nota 4)	21.770	28.386	Salários e férias a pagar	6.684	4.356
Subvenções a receber (nota 5)	17.926	20.000	Recursos de convênios e projetos (nota 7)	9.891	7.736
Contas a receber	36	197	Saldos dos recursos destinados		
Estoques	399	447	à implantação do CTBE (nota 8)	15.747	43.717
Impostos a recuperar	16	29	Saldos dos recursos destinados ao		
Adiantamentos de salários e viagens	2.318	1.215	Projeto Sirius (nota 9)	40.714	27.425
Despesas pagas antecipadamente	31	111	Saldos de subvenções (nota 5)	14.926	6.000
Total do ativo circulante	122.004	126,999	Outras contas a pagar	2.149	1.440
Não circulante			Total do passivo circulante	90.752	91.257
Depósitos judiciais (nota 10)	1.163	730	Não circulante		
Imobilizado (nota 6)	134.653	102.775	Provisão para contingências (nota 10)	5.547	5.333
Intangivel (nota 6)	1.293	1.034	Adiantamento de clientes	327	404
Total do ativo não circulante	137.109	104.539	Total do passivo não circulante	5.874	5.737
			Patrimônio social		
			Patrimônio social	134.544	121.001
			Doações patrimoniais (nota 10)	5.468	5.294
			Superávits acumulados	22.475	8.249
			Total do patrimônio social	162.487	134.544
Total do ativo	259,113	231.538	Total do passivo	259.113	231.538

Demonstração das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 Valores expressos em milhares de reais) Patrimônio social Doações pa

Saldos em 31 de dezembro de 2010	92,710	4.029	24.262	121.001
Aumento do patrimônio social	28.291	(4.029)	(24.262)	-
Doações patrimoniais (nota 10)		5.294	-	5.294
Superávit do exercício		-	8.249	8.249
Saldos em 31 de dezembro de 2011	121.001	5.294	8.249	134.544
Aumento do patrimônio social	13.543	(5.294)	(8.249)	-
Doações patrimoniais (nota 10)	(*)	5.468	^ <u>2</u> ,	5.468
Superávit do exercício			22.475	22.475
Saldos em 31 de dezembro de 2012	134.544	5,468	22,475	162,487
As notas of	explicativas são parte integrante o	das demonstrações financei	ras	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

I. Contexto operacional: O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais ("CNPEM" ou "Instituição") é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997. Em 2012 houve a mudança da razão social da Instituição de Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Sincortoro ("ABTLuS") para Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais ("CNPEM"), conforme alteração promovida em seu Estatuto Social. Constituida para gerir as atividades do Laboratório Nacional de Luz Sincrotron ("LNLS"), à unica fonte de radição de locumante forma para uso em pesquisa da Mariera Latina projectiva. diação eletromagnética para uso em pesquisa da América Latina, projetada e construída por brasileiros. Inaugurado em 1997, o LNLS foi concebido com base no conceito de Laboratório Nacional, que identifica diação eletromagnética para uso em pesquisa da Ámérica Latina, projetada e construída por brasileiros. Inaugurado em 1997, o L.NLS foi concebido com base no conceito de Laboratório Nacional, que identifica
instituições responsáveis pela operação de grandes máquinas de pesquisa, comprometidas com investigações estratégicas para o desenvolvimento nacional, construídas com recursos provenientes do Estado e
abertas ao uso da comunidade cientifica acadêmica e empresarial. Esse
modelo de organização, até então inédito no Brasil, permitiu aos pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa de todo o país – e
do exterior – desenvolver investigações no estado da arte do conhecimento das proprieades físicas, biológicas, químicas, de materiais sólidos, líquidos e gasosos. Devido aos resultados desse modelo, hoje o
CNPEM gerencia um complexo de laboratórios denominado de Centro
Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM, por meio de
um contrato de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron ("LNS"), o
Laboratório Nacional de Biociências ("LNBio"), o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioctanol ("CTBE"), o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioctanol ("CTBE"), o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioctanol ("CTBE"), o Laboratório Nacional de Nanotecnologia ("LNNano") e o projeto para a Nova Fonte de
Luz Sincrotron (Projeto Sirius). A Instituição tem por missão promover
e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País,
por meio de seus Laboratórios Nacionais, que articulará, provendoos das condições necessárias para a consecução de suas respectivas missões e o alcance de seus objetivos estratégicos, afins com os da Institução. O contrato de gestão firmado entre o CNPEM e o MCTI e destinado para o custeio das atividades desenvolvidas nos Laboratórios Nacionais e seu resultado é medido anualmente por meio de indicadores de
desempenhos técnicos. Como forma de aco

m minares de reais)

8.77/00 e suas alterações posteriores que aprova a NBC T 10.19 - Entidade sem finalidade de lucros. 3. Principais práticas contábeis: 3.1 Mocda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a mocda funcional da Instituição. A mocda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. 3.2 Mocda estrangeira - As transações em mocda estrangeira, sito é, todas aquelas que hafo foram realizadas a mocda funcional da Instituição, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos moctários em mocda estrangeira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em mocda estranegira são convertidos para a mocda funcionetários em consumera em consumer netários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcio-nal da Instituição pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras. 3.3 Estimativas contábeis - São utilizadas para a financeiras. 3.3 Estimativas contábeis - São utilizadas pará a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Instituição. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: i) a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangivel; ii) a provisão para contingências; e ii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ás imprecisões increntes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 3.4 Demonstração dos superávits - O superávit e apurado pelo regime de competência. As subvencões para custeio do apurado pelo regime de competência. As subvenções para custeio do CTBE e do Projeto Sirius vêm sendo contabilizadas no passivo, sendo CTBE e do Projeto Sirius vém sendo contabilizadas no passivo, sendo que a transferência para o superávit do exercício coorre com base nas despesas ocorridas, seguindo práticas usuais de contabilidade. Os gastos com pesquisas são reconhecidos quando incorridos. As doações patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social, com base na transferência da propriedade. As subvenções para custeio de LNLS, LNBio e LNNano são reconhecidas como receitas do exercício no momento do recebimento financeiro do recurso. Todas as subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com o CPC 7 ou NBC T 19.4 - Subvençõe a assistência governamentais aprovada pela Resolução CFC nº 1.143/08. 3.5 Tributação - A Instituição goza de isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit. 3.6 Ativos circulantes - a. Caixa e equivalentes de caixa. São representadas por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e presentadas por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as daregistradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as das danaços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização. As aplicações financeiras estão classificadas como disponíveis para negociação e são mensuradas pelo seu valor justo por meio do resultado. Normalmente, as aplicações financeiras que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. 3.7 Ativos não circulantes -a. Imobilizado e Intangivel. É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de

	2012	2011
Subvenções federais	66.587	45.412
Reconhecimento subvenções federais		
- Projeto CTBE	29.499	17.137
Reconhecimento subvenções federais	0.00	
- Projeto Sirius	8.509	5.306
Serviços prestados	104,970	68.351
Receita operacional bruta	104.970	08.331
Custo das atividades de pesquisa e dos serviços prestados (nota 12)	(67.062)	(49,897)
Superávit bruto	37,908	18.454
(Despesas) receitas operacionais:	37.700	10.454
Gerais e administrativas (nota 13)	(19.635)	(15.773)
Despesas tributárias	(1.179)	(1.384)
Resultado financeiro (nota 14)	5.213	6.325
Outras receitas operacionais, líquidas	168	627
	(15.433)	(10.205) 8.249
Superávit do exercício	22.475	8.249
As notas explicativas são parte		
demonstrações finance	eiras.	
Demonstração do superávit abrangente E	xercícios findo	s em 31 de
dezembro de 2012 e 2011 (Valores expres		
And the second s	2012	2011
Superavit do exercício	22.475	8.249
Outros superávits abrangentes	22 475	9.240
Superávit abrangente do exercício	22.475	8.249
As notas explicativas são parte		
demonstrações finance		
Demonstração dos fluxos		011
Exercícios findos em 31 de dezeml (Valores expressos em milha		011
(valores expressos em mina	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operaciona		2011
Superávit do exercício	22.475	8.249
Ajustes para conciliar o superávit ao	221110	0.21
caixa gerado pelas atividades operacionai	is:	
Rendimentos sobre debêntures	(2.097)	(1.505)
Variações monetárias, líquidas	214	392
Perda na alienação de bens do ativo		
imobilizado e intangível	146	19
Depreciação	10.549	7.353
Amortização	31,617	259
Doordonimo (oordonimo) nos contos do ativ		14.767
Decréscimo (acréscimo) nas contas de ativ Aplicações financeiras	8.713	(19.700)
Subvenções a receber	2.074	(20,000)
Contas a receber	161	(60)
Estoques	48	(249)
Demais ativos circulantes	(1.010)	660
Demais ativos não circulantes	(433)	(42)
Acréscimo (decréscimo) nas contas de pas	sivo:	
Fornecedores	58	241
Salários e férias a pagar	2.328	778
Recursos de convênios e projetos	2.155	(671)
Saldos dos recursos destinados à	92-21-22-23	
implantação do CTBE	(27.970)	18.768
Saldos dos recursos destinados ao	13,289	20.247
Projeto Sirius	8.926	20.347 6.000
Saldos de subvenções Outras contas a pagar	709	771
Adiantamentos de clientes	(77)	(269)
7 totalitamentos de elicites	8,971	6.574
Caixa líquido gerado pelas	342 (4	0.077
atividades operacionais	40.588	21.341
Fluxos de caixa das atividades de investin		
Aquisições de imobilizado		
 não incluem as doações 	(37.249)	(20.545)
Aquisições de intangivel	(445)	(275)
Caiva líquido utilizado nas atividades		

encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, à taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estando assim em conformidade com a legislação vigente do CPC 27.38 Avaliação do valor recuperável dos ativos - O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 1.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que a Instituição deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangivel, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando

As notas explicativas são parte integrante das

demonstrações financeiras

(37.694)

2.894

(20.820)

521

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício A variação do caixa e equivalentes de caixa é assim demonstrada: Disponibilidades; No fim do exercício No inicio do exercício Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício

quisições de intangivel Caixa líquido utilizado nas atividades

Nº 50, quinta-feira, 14 de março de 2013

2011

Continuação comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor (impairment) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para ciálculo da depreciação e amortização. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos atívos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou seja, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido a valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados de acordo com os fluxos de caixa gerados pelo ativo ou grupo de ativos que representem uma unidade geradora de caixa independente. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. 3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes - Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável. 3.10 Passivos circulantes - a. Recursos de convênios e projetos - São recursos captados junto a agências de fomento com destinação específica nos projetos aprovados. Em seguida, passam a ser mensurados com base na movimentação dos valores substancialmente relacionados a rendimentos financeiros decorrentes das aplicações dos recursos não utilizados e dos corresmondentes agêtos incerriscialmente relacionados a rendimentos financeiros decorrentes das aplicações dos recursos não utilizados e dos correspondentes gastos incorridos, conforme demonstrado na nota explicativa 7. b. Saldos dos recursos destinados à implantação do CTBE e ao Projeto Sírius - Pela natureza dos recursos (Subvenção e assistência do Governo Federal), esses valores são tratados conforme determina o CPC 7, cuja aplicação está mencionada nas notas explicativas 8 e 9. c. Outros beneficios a empregados - Os beneficios concedidos a empregados e administradores da Instituição incluem em adição á remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário) o plano de previdência privada de contribuição definida (nota explicativa 15) e o vale alimentação. Esses beneficios são registrados no resultado do exercício com base em competência, à medida que são incorridos conforme determina o CPC 33 ou NBC T 19.31 – Beneficios a Empregados, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09. 3.11. Provisão para contingências - A Instituição registra somente os processos classificados pelos ascialmente relacionados a rendimentos financeiros decorrentes das aplivado pela Resolução CFC nº 1.193/09. 3.11. Provisão para contingências - A Instituição registra somente os processos classificados pelos asessores juridicos como perda provável a valores atualizados (nota explicativa 11), conforme determinação do Pronunciamento Técnico CPC 25 ou NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09, no qual as provisões são reconhecidas, pois são baseadas em estimativas confiáveis, são obrigações presentes e indicam que haverá uma saída de recursos para liquidar as obrigações. 3.12. Demais passivos circulantes - Os demais passivos circulantes - Os demais passivos circulantes conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 3.13. Critérios de rateio - A metodologia para rateio dos gastos comuns aos Laboratórios Nacionais é definida e aprovada pela direção da Instituição e periodicamente é revisada e atualizada.

LNLS / LNBio / LNNano	2012	2011
Caixa e bancos	80	228
Certificados de depósitos bancários	40.485	34.527
Debêntures	12.120	17.232
	52.685	51.987
CTBE		
Caixa e bancos	1	1
Certificados de depósitos bancários	3.753	21.611
Debêntures	9.650	11.154
	13.404	32,766
Projeto Sirius		
Caixa e bancos	14	5
Certificados de depósitos bancários	23.722	10.105
3.7	23.736	10.110
Recursos Extra Contrato de Gestão		
Caixa e bancos	12	50
Certificados de depósitos bancários	1.550	2.351
	1.562	2.401
Convênios		
Caixa e bancos	15	223
Caderneta de poupança	9.876	7.513
	9.891	7.736
	101.278	105,000
Aplicações financeiras	(21.770)	(28.386)
	79.508	76.614

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

As disponibilidades do CNPEM são originadas principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, destinados ao custeio das atividades da Instituição. As disponibilidades denominadas "convénios" são recursos recebidos principalmente de agências de fomento, destinados ao financiamento de estudos mente de agências de fomento, destinados ao financiamento de estudos e projetos de desenvolvimentos específicos nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento. As disponibilidades do "Extra Contrato de Gestão" são oriundos de prestação de serviços técnicos e desenvolvimento de produtos tecnológicos ao seto produtivo. Os certificados de depósitos bancarios têm prazos de vencimentos entre 12 de setembro de 2013 e 01 de dezembro de 2017 e a staxas de juros variam de 98% a 100,30% do CDI. Os valores aplicados em debêntures se tratam de título emitido por terceiros, cujo vencimento coorrerá em 23 de junho de 2014 a 08 de dezembro de 2014, e a remuneração é de 101% a 102,50% do CDI. Todas as aplicações financeiras da Instituição possuem fluquidez imediata. A qualquer tempo, podem ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Instituição, motivo pelo qual estão classificadas no ativo circulante.5. Subvenções a receber: Em 20 de dezembro de 2012, foram firmados: i) o 5º Termo Aditivo do Contrato de Gestão

2010 - 2016, pactuando recurso de R\$12.979 para o CNPEM, sendo que foram recebidos R\$3.193 devidamente reconhecidos no superávit do exercício, e o total de R\$9.786 está registrado na rubrica subvenções a receber no ativo contra a rubrica de subvençõe a receber no passivo; ii) o 6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão 2010 - 2016, pactuando recurso de R\$8.140, registrado na rubrica subvenções a receber no ativo, sendo R\$3.200 para o CNPEM devidamente registrado contra a rubrica saldo de subvenção a receber no passivo e R\$4.940 ao Projeto Sirius, sendo este último registrado devidamente na conta de Subvenção destinados ao projeto, conforme a nota explicativa 9. Tais recursos não estão disponibilizados financeiramente, porém a expectativa é de recebimento parcelado durante o exercício de 2013.

o. Imobilizado e Intaligivei					
	Depreciação/ amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2012	2011
Equipamentos de pesquisa	10 a 29	101.383	(44,567)	56.816	52,480
Móveis e utensílios	10 e 15	35.433	(11.769)	23.664	13.047
Equipamentos de computação	10 a 40	6.907	(3.361)	3.546	2.259
Edificios	4	28.332	(2.436)	25.896	21.323
Veículos	20	440	(131)	309	238
Bens em desenvolvimento interno		6.836	-	6.836	3.441
Importação em andamento		6.881	-	6.881	4.043
Obras em andamento		9.199		9.199	4.280
Outros	10	3.980	(2.474)	1.506	1.664
Total imobilizado		199.391	(64.738)	134.653	102.775
Software	20	3.112	(1.819)	1.293	1.034
Total software	<u> </u>	3.112	(1.819)	1.293	1.034
Total imphilizado e intengível		202 503	(66 557)	135 946	103.800

Total imobilizado e intangível

A Instituição efetuou uma análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens da tivi ombilizado e intangível com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2011, visando realinhar o prazo da vida útil remanescente dos bens e, consequentemente, a depreciação remanescente ao período de vida residual dos bens. No exercício de 2012, a Instituição revisou a análise de vida útil dos bens e não identificou valores divergentes que necessitisseem de aiustes. ie necessitassem de ajustes

Movimentação do custo e da depreciação/amortização acumulada do exercício de 2011:

	2010			2011		
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Baixas	Doações	Saldo final
Equipamentos de pesquisa	75.223	849	10.585	(70)	4.324	90.911
Móveis e utensílios	19.064	537	3.141	(90)	380	23.032
Equipamentos de computação	4.917	523	379	(371)	252	5.700
Edificios	14.524	-	8.683		-	23.207
Veículos	252	88		-		340
Bens em desenvolvimento interno	4.507	3.356	(4.569)	20	147	3.441
Importação em andamento	4.324	10.294	(10.575)	25	2000	4.043
Obras em andamento	7.313	4.766	(7.799)	2	4	4.280
Outros	3,525	132	49	(1)	- 3	3.705
Total do imobilizado	133.649	20,545	(106)	(532)	5.103	158,659
Depreciação acumulada	(49.044)	(7.353)	A	513	-	(55.884)
Total imobilizado	84,605	13.192	(106)	(19)	5,103	102,775
Software	1.954	275	106	-	191	2,526
Amortização acumulada	(1.233)	(259)	#73			(1.492)
Total intangivel	721	16	106		191	1.034
Total imobilizado e intangível	85.326	13.208	-	(19)	5.294	103,809
Movimentação do custo e da depreciac	ão/amortização acum	ulada do exercí	cio de 2012:			
	2011			2012		

	2011			2012		
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Baixas	Doações	Saldo final
Equipamentos de pesquisa	90.911	1.765	5.857	(659)	3.509	101.383
Móveis e utensílios	23.032	1.552	10.257	(222)	814	35.433
Equipamentos de computação	5.700	1.328	303	(922)	498	6.907
Edificios	23.207	-	5.125			28.332
Veículos	340	105	-	(5)		440
Bens em desenvolvimento interno	3.441	3.692	(744)	12000	447	6.836
Importação em andamento	4.043	18.153	(15.315)	2	-	6.881
Obras em andamento	4.280	10.569	(5.650)	-	9	9.199
Outros	3.705	85	16	(26)	200	3.980
Total do imobilizado	158.659	37.249	(151)	(1.834)	5.468	199.391
Depreciação acumulada	(55.884)	(10.549)		1.695		(64.738)
Total imobilizado	102.775	26.700	(151)	(139)	5.468	134.653
Software	2.526	445	151	(10)	-	3.112
Amortização acumulada	(1.492)	(330)		3		(1.819)
Total intangivel	1.034	115	151	(7)	-	1.293
Total imobilizado e intangível	103,809	26.815		(146)	5.468	135.946
Bens recebidos em comodato - Os bens	que formam o Laborató	rio Nacional de I	uz Sincrotron (edific	ios equiname	ntos etc.) fora	m basicamente

cedidos para uso do CNPEM pelo MCTI/CNPq, por meio do Contrato de Gestão mencionado na nota explicativa 1 e, portanto, não estão contemplados nessas demonstrações financeiras. As ce sões dos comodatos abaixo representam o volume de recursos aplicados em bens aguardando encerramento do processo de doação por parte da agência de fomento

		2012	2011
Bens cedidos pelo MCT/CNPq por meio do contrato de gestão		2.499	2.499
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra I		1.712	1.712
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra III		1.279	1.279
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Interação		1.252	1.252
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfa		789	789
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfa LNLS		592	592
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Gigabit		378	378
Bens cedidos pela Fundação CPqD - Centro de Pesquisas e Des	senvolvimento em Telecomunicações	155	155
Bens sob responsabilidade FINEP/Getec		135	135
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra V		67	67
		0.050	0.050

O terreno no qual está instalada a Instituição é de propriedade do Governo do Estado de São Paulo e foi declarado de utilidade pública pelo Processo nº 30.135, de 12 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13 de julho de 1989. Durante o exercicio de 2010, o Governo do Estado de São Paulo emitiu o "Termo de Permissão de Uso de Próprio da Fazenda do Estado de São Paulo, na conformidade do Decreto nº 55.359, de janeiro de 2010° por tempo indeterminado.

7. Recursos de convênios e projetos

				Movin	nentação dos	s projetos em 2012
	Total de Recursos Recebidos	Saldo acumulado em 2011		Rendimentos Financeiros		Saldo acumulado em 2012
Petrobrás TMEC (a)	5.753	960	147	62	(322)	846
Convênio CTBE BNDES Jacto (b)	4.200	1.046	3.000	210	(3.743)	513
Convênio BNDES RHODIA (c)	3.394		3.394	54	(1.566)	1.882
Convênio FINEP Gerador (d)	1.800		1.800	31	(7)	1.824
Convênio CTBE BP (e)	2.092		2.092	3	_	2.095
Outros Convênios (f)	31.848	5.730	2.029	682	(5.711)	2.730
	49.087	7.736	12,462	1.042	(11.349)	9.891



aprovado em 5 de agosto de 2011 um aditivo no valor de R\$588, perfazendo um novo valor total do jeto de R\$5.753. O projeto está previsto para ser encerrado em 15 de novembro de 2013. b. BNDES JACTO - Refere-se a um contrato de financiamento não reembolsável com o BNDES, sendo a Máquinas Agrícolas JACTO S.A. anuente, no valor total de R\$13.000, sendo que desse montante de R\$4.200 foram repassados ao CNPEM. O objetivo é o desenvolvimento de estrutura autopropelida de tráfego controlado (ECT) para a lavoura de cana-de-açúcar, capaz de realizar todas as operações envolvidas no ciclo agrícola: plantio, tratos culturais e colheita, observado o disposto na Cláusula Segunda. Assinado em 3 de maio de 2011, tem como previsão de execução o período de 4 anos. c. BNDES RHODIA - Refere-se a um contrato de financiamento não reembolsável com o BNDES, sendo a Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda, interveniente, no valor total de R\$6,972, sendo que desse montante de R\$3,394 foram repassados ao CNPEM. O objetivo é o desenvolvimento do projeto consistente em avaliar os parâmetros técnicos e de sustentabilidade das possíveis rotas de obtenção de intermediários químicos a partir da separação seletivas dos principais componentes do bagaço de cana-de-açúcar (hemiceluloses e ligninas), conforme observado o disposto na Cláusula Segunda. Assinado em 23 de fevereiro de 2012, e com previsão de execução no período de 3 anos. d. FINEP GERADOR - Refere-se a valores recebidos destinados à execução do projeto "Aumento de 3 años. d. FINEP GERADOR. *Refere-se a vanores receptious destinados a execuçado ap projeto
"Aumento da capacidade de geração própria de energia elétrica no Campus do CNPEM." O convênio foi
firmado em 6 de julho de 2012, com vigência para 18 meses, e previsão de recursos financeiros que
totalizam R\$1.824, sendo R\$1.800 de aporte da FINEP já repassados ao CNPEM e R\$24 de rendimento
financeiro, que para ser utilizado requer autorização da FINEP. e. CTBE BP. Refere-se a um acordo de
cooperação entre BP Energy do Brasil Ltda. e o CNPEM para desenvolvimento do projeto "Fermentação
Continua Multiestágio com Recuperação, Reativação e Reciclo de Fermento para Obtenção de Vinhos com
Alto. Tora Alcedico". O valor total do projeto totaliza D\$4.144, sendo que cada narte aporterá 50% do
Alto. Tora Alcedico". Alto Teor Alcoólico". O valor total do projeto totaliza R\$4.184, sendo que cada parte aportará 50% do valor, que corresponde à R\$2.092. O aporte do CNPEM será feito na forma de Recursos Humanos e disponibilização de sua infraestrutura, já a BP aportou o montante de R\$2.092 para a conta corrente do disponionização de sua infraestrutura, ja a 19º aportou o montante de N\$2.092 para a conta corrente do CNPEM. Este convênio foi firmado em 22 de novembro de 2012 e tem vigência de 24 mesces. Os demais convênios estão compostos pelos acordos de cooperação mútua, realizados entre CNPEM e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e pelos contratos com as empresas industriais, os principais estão descritos a seguir: f. FINEP – C2NANO - Refere-se à celebração do convênio intitulado "Consolidação do Centro de Nanociência e Nanotecnologia Cesar Lattes". Os recursos permitirão continuar disponibilizando as instalações do Laboratório de Microscopia eletrônica, Laboratório de Sintese Química de Nano particulas e o Laboratório da nisor febricação, petera e multivariors para toda, parás, abida do force por postação, por consolidação. Laboratório de micro fabricação, abertas e multiusuárias para todo o país, além de oferecer completo conjunto de laboratórios de apoio e treinamento teórico e prático. Para manter a elevada confiabilidade e desempenho dos equipamentos disponibilizados, faz-se necessária a aquisição de uma série de pequenos equipamentos, materiais de consumo, troca de peças, contratação de manutenção para os microscópios eleequipamentos, materiais de consumo, troca de peças, contratação de manutenção para os microscopios ele-trônicos, treinamento de novos usuários e melhorias internas de adequação física. O convêño firmado em 4 de agosto de 2009, com vigência de 24 meses, e renovado para 04 de abril de 2014, prevê repasse finan-ceiro de R\$1.627, que já foi aportado na integra ao CNPEM, somado ao rendimento financeiro que até dezembro de 2012 foi de R\$132. g. Petrobras FSW 3 - Refere-se à continuidade do projeto FSW 2, cujo acordo de cooperação foi assinado em 30 de março de 2011 e tem previsão de encerramento para 19 de setembro de Cooperação no asolar de R\$1.640, seu objetivo é o estudo de parâmetros de soldagem pelo pro-cesso FSW para expansão da Malha Dutoviária Brasileira, tendo o valor de rendimentos financeiros apro-vados e utilizados de R\$48. h. BNDES DOW DSW - Refere-se a um acordo de cooperação entre Dow Brasil Sudeste Industrial Lida., DSM South America Lida. e CNPEM, no valor total de R\$480. O objetivo deste projeto é o "Desenvolvimento da rota tecnológica de conversão de biomassa proveniente de canadeaçúcar em etanol". A Dow e a DSM fizeram o repasse financeiro ao CNPEM no valor de R\$240 cada. Este acordo foi assinado em 16 de Agosto de 2012, com previsão de execução no período de 6 meses, podendo acordo foi assinado em 16 de Agosto de 2012, com previsao de execução no periodo de 6 meses, podendo ser prorrogado, i. RHODIA el T.NEfere-se a acordo de cooperação entre RHODIA e C.NEP para a execução do projeto "Desenvolver o scale up e definir um piloto de demonstração para produção de biobutanol a partir de bagaço da cana-de-açúcar ou outras matérias primas." A transferência inicial de recursos financeiros para o primeiro trimestre totaliza de R\$580, já aportados, conforme previsto no cronograma de desembolso. Este convênio foi firmado em 07 de julho de 2012 e tem vigência de 12 meses.

8. Saldos dos recursos destinados à implantação do CTBE

	2012	2011
Subvenções recebidas	12.796	41.768
Rendimentos aplicações financeiras	2.951	1.949
	15.747	43.717

Os saldos apresentados no quadro acima representam a diferença entre o valor recebido e o valor executado acumulado do orçamento, destinado à implantação do CTBE.

9. Saldos dos recursos destinados ao projeto Sirius

	2012	2011
Subvenções recebidas	39.897	26.871
Rendimentos aplicações financeiras	817	554
Common service para contraction specifically and contracting a property and contracting and co	40.714	27.425

Os valores apresentados no quadro acima representam a diferença entre o saldo de orçamentos pactuados em exercícios anteriores, os rendimentos financeiros e o montante orçamentário executado deste projeto, além do recurso firmado por meio do 4º e 6º termo aditivo do Contrato de Gestão, no montante de R\$15.203 e R\$4.940, respectivamente. Dos recursos recebidos para os Estudos Exploratórios para a Elaboração do Projeto Conceitual de uma nova Fonte de Luz Sincrotron de Alto Desempenho para o Brasil, o Sirius, obriga-se a elaboração do Projeto Conceitual e a prototipagem do subsistema do Sirius nas fases preliminares. 10. Doações patrimoniais: As doações patrimoniais apresentadas nas mutações do patrimônio social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, correspondem a equipamentos para pesquisas e outros fins relacionados à atividade da Instituição, recebidos em doação no montante de R\$5.468 (R\$5.294 em 2011). Essas doações foram registradas no ativo circulante, imobilizado e no intangível, pelo valor de aquisição constante nos termos de doação e nas notas fiscais, em contrapartida do patrimônio social.

	2012	2011
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP	749	2.900
Convênio Cenpes/Petrobras	254	-
Convênio Petrobras/TMEC	607	784
Convênio Petrobras/Rochas	-	3
Convênio Petrobras Lab-Web	-	65
Convênio Petrobras FSW	3	608
Convênio LNLS/Statoil	256	345
Convênio Petrobras/Sensorbr	264	41

	2012	2011
Convênio HP 2010		204
Convênio LNBio/RMN Natura	49	146
Convênio CTBE BNDES JACTO	1.790	158
Convênio Oxiteno/Fapesp	18	40
Convênio Petrobras Lab-Web 2	640	10 - 01
Convênio Petrobras FSW 3	410	120
Convênio BNDES Rhodia	428	-
	5.468	5.294

11. Provisão para contingências: A Instituição está envolvida em ações judiciais sobre questões fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso

	2012	2011
Trabalhistas	5.547	5.333
	5.547	5.333
Depósitos judiciais	(1.163)	(730)
	4.384	4.604

Movimentações ocorridas no exercício de 2011

	2010	Adições	Reversões	monetária	Pagamentos	2011
Trabalhistas	4.941	-	_	392	-	5.333
	4.941			392		5.333
Depósitos judiciais	688	42	-			730
the state of the second	688	42				730

Atualização

	2011	Adições	Reversões	monetária	Pagamentos	2012
Trabalhistas	5.333	300	-	214	-	5.547
	5.333	140		214		5.547
Depósitos judiciais	730	433				1.163
	730	433				1.163
				1		-

Tributária - Encontra-se, dentre outras ações, em instância administrativa e refere-se a auto de infração imposição de multa, lavrado em 17 de fevereiro de 2004, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo ao ICMS incidente na importação de máquinas e equipamentos no período de janeiro de 2001 a junho de 2002. Em atendimento ao referido dispositivo, a Instituição depositou em juizo perante a 1st Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas, em outubro de 2009, o montante de R\$672, previsto na ação com as devidas correções e em setembro de 2012 a Instituição realizou um complemento do depósito no montante de R\$387, totalizando R\$1.059. O meio processual para a defesa do CNPEM na preservação de seus interesses na ação de execução fiscal está previsto no artigo 16 da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Apesar de nossos assessores jurídicos reconhecerem este processo com remota chance de perda, o depósito judicial se mantém até o julgamento final da causa. **Trabalhista** - De acordo com as avaliações de consultores jurídicos da Instituição, o montante de processos judiciais classificados com remotas chances de êxito totaliza R\$5.547 e estão registrados nas demonstrações financeiras a valores atua-lizados. Os processos avaliados com possíveis chances de êxito se tratam de ações movidas por ex-funcio nários e/ou funcionários de empresas prestadoras de serviços da Instituição pleiteando pagamentos de diferenças salariais, diferenças de horas extras acrescidas dos adicionais incidentes e reflexos, além de verbas rescisórias. Na maioria dos casos, a Instituição está incluída como responsável subsidiária pelo cumprimento de eventual condenação, por ser tomadora dos serviços. O somatório dos processos possíveis totaliza R\$315 (R\$271 em 2011)

12. Custos das atividades de pesquisa e dos serviços prestados

2012	2011
(43.232)	(33.719)
(9.820)	(6.607)
(8.773)	(4.519)
(5.237)	(5.052)
(67.062)	(49.897)
2012	2011
(12.065)	(9.732)
(950)	(1.005)
(341)	(211)
(1.480)	(1.196)
(4.799)	(3.629)
(19.635)	(15.773)
2012	2011
(411)	(725)
(195)	(344)
(606)	(1.069)
1.858	4.774
2.097	1.505
1.864	1.115
5.819	
3.017	7.394
	(950) (341) (1.480) (4.799) (19.635) 2012 (411) (195) (606) 1.858 2.097 1.864

15. Plano de previdência privada: A Instituição disponibiliza para 100% de seus colaboradores um plano de previdência privada por contribuição definida (Brasilprev), com o objetivo de complementação da previdência oficial. No ato da aposentadoria, o participante poderá optar pelo beneficio da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação da Instituição (4% do salário) e dos seus colaboradores (2% do salário) na formação do fundo, por meio de contribuições mensais regulares e podendo o colaborador realizar aportes adicionais a qualquer tempo. O plano prevê rentabilidade garantida do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), acrescido de 6% ao ano, e taxa de carregamento de 3% sobre o valor das contribuições mensais. O montante das contribuições no exercício de 2012 foi de R\$1.137 (R\$918 em 2011).

16. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos ins-10. Instrumentos imaneerros: Os valores contaders referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistiam basicamente de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme nota explicativa 4). Quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deles, com o valor presente liquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios findos em

ISSN 1677-7069

31 de dezembro de 2012 e 2011, a Instituição não realizou operações com derivativos. 17. Cobertura de seguros: A Instituição contratou cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados sufficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natu-reza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natu-reza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações fi-nanceiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de se-

guros contra riscos operacionais era composta por R\$270 para responsabilidade civil (R\$270 em 2011) e R\$190 para danos materiais (R\$115 em 2011). 18. Avais, fianças e garantias: A Instituição não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e não possuiam em 31 de dezembro de 2012 e 2011, quaisquer transações como interveniente garantidora. 19. Eventos Subsequentes: Em 23 de janeiro de 2013, houve o recebimento de R\$6.793, referente ao 3º Termo Aditivo do Contrato de G\$555. Termo Aditivo do Contrato de Gestão.

Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho - Diretor Geral

Jovan Guimarães Gadioli dos Santos - Diretor de Administração Alessandra Dal Bom Takita - Contadora CRC 1SP243013/O-6

Cibele de Souza Gonçalves - Coordenadora de Controladoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM

Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro Nacional de
Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos superávits, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras lives de distorção relevante, independentemente se ções financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores inde-pendentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião so-bre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria,

conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de conduzida de acordo com as normas orasierias e internacionais a auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o ob-jetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financei-ras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execu-ção de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a resção de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição Llma auditoria inclui também a avaliação da adequação. Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acre-

ditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada anamos que a evidencia de adultoria obtina e suniciente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as demonstrações financeiras - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM em 31 de dezembro de 2012, o deem Energia e Materiais – CMPEM em 37 de dezembor de 2012, o de-sempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Énfase - Conforme mencionado na nota explicativa 1, o Cen-tro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM depende dos recursos providos anualmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI para manter as suas atividades opera-cionais

Campinas, 01 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S. - CRC 2SP015199/O-6 João Henrique Schenk - Contador CRC 1SP202127/O-8 Luís Alexandre Marini - Contador CRC 1SP182975/O-5

RESUMO DO RELATÓRIO CNPEM 2012

PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO

RESUMO DO RELATORIO CNPEM 2012

aprovado pelo Conselho de Administração e constante em Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com o MCTI (Extrato publicado no D.O.U. em 26/07/2012). O Relatório Anual 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração do CNPEM em 21 de fevereiro de 2012. O documento tem 252 páginas, mais anexos, e está estruturado em cinco partes, a saber: parte 1 – Sumário Executivo; parte 2 – Visão do CNPEM - relata as atividades efetivadas por eixo de atuação (Operar Laboratórios Nacionais; Pesquisa e Desenvolvimento in house; Apoio à Geração de Inovação nos setores de Agricultura, Indústria e Serviços; e Treinamento, Educação e Extensão); parte 3 -

detalha informações sobre cada um dos quatro Laboratórios Nacionais geridos pelo CNPEM; parte 4 - informa sobre os Indicadores do Contrato de Gestão pactuados para o ano entre o MCTI e o CNPEM; parte 5 reúne os seguintes Anexos: Artígos Científicos Publicados (Anexo 1); Lista de Pesquisadores do CNPEM (Anexo 2); Lista de Pesquisadores do CNPEM (Anexo 3); Informações Complementares (Anexo 4) e Demonstrações Contábeis (Anexo 5).

(Alicxo 3), A integra do Relatório Anual 2012 do CNPEM está disponível na página www.cnpem.br

GNPP SEGURADORA S/A

O Relatório Anual 2012 do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM – apresenta os resultados técnicocientíficos e de gestão dessa Organização Social (OS), que, por meio de Contrato de Gestão estabelecido com o Ministério da Ciência, Tecnología e Inovação (MCTI), é responsável pela operação de quatro Laboratórios Nacionais o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron (LNLS); o Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); o Laboratório Nacional de Tecnología do Biocetanol (CTBE) e o Laboratório Nacional de Nanotecnología (LNNano). A denominação CNPEM substitui a denominação anterior – ABTLuS -, conforme

CNPJ nº 29.981.685/0001-86

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sr. Liquidante da GNPP SEGURADORA S.A. - EM LI-O Sr. Liquidante da GNPP SEGURADORA S.A. - EM LI-QUIDAÇÃO ORDINÁRIA, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 100, 17º andar, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 29.981.685/0001-86, convoca os Senhores Acionistas da Cia para a Reunião Ordinária que será realizada às 10.00 (dez) horas do dia 28 de março de 2.013, no escritório de apoio localizado na Rua da Candelária, nº 79, sala 403, Centro, Rio de Janeiro, para apreciarem os seguintes assuntos do dia: 1) Aprovação das contas do exercício de 2012, bem como, o parecer e o relatório dos auditores independentes; II) Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012, III) Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2013 RODRIGO DOS SANTOS RODRIGUES

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMI-RAUA - IDSM/05 - CNPI: 03.119.820/0001-95 Organização Social reconhecida pelo Decreto de 04.06.1999 BALANÇO PATRIMONIAL - LEVANTADO EM 31 DE DE-ZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2012	2011
CIRCULANTE Caixa e Equivalente de Caixa Recursos Vinculados a Convênios Créditos a Receber Estoques	4 5 6 7	14.213 333 13.024 641 215	11.204 135 10.100 746 223
NÃO CIRCULANTE Depósitos Judiciais Imobilizado Intangível	8	10.561 2 10.464 95	7.963 2 7.878 83
TOTAL DO ATIVO		24.774	19.167

		_	
CIRCULANTE		13.364	10.380
Fornecedores		138	233
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	1.250	984
Obrigações Tributárias		3	6
Outras Contas a Pagar		186	125
Obrigações c/ Recursos Convênios	10	11.787	9.032
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		9.677	7.265
Outras Contas a Pagar		145	142
Investim. c/ Recursos Convênios	10	9.532	7.123
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	1.733	1.522
Patrimônio Social		1.522	890
Superávit Acumulado		211	632
TOTAL DO DACCIVO		24 774	10 167

IOIAL DO PASSIVO		24.774	19.167
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO	OO DOS I - Em Mil NOTA	EXERCÍCIO hares de Re 2012	OS FIN- eais 2011
Receita Operacional Líquida	13	20.774	17.160
(-) Custo das Atividades	14	(12.025)	(9.667)
(=) Superávit Bruto		8.749	7.493
(-) DESPESAS OPERACIONAIS Despesas com Pessoal Despesas Gerais e Administrativas Despesas Financeiras Outras Despesas Operacionais	15 16	(4.559) (3.704) (253) (2)	(3.657) (2.907) (266) (6)
Superávit Antes do Resultado Financ		231	657
Receitas Financeiras (-)Despesas Financeiras		22 (42)	31 (55)
Resultado Financeiro Líquido	17	(20)	(24)
Superávit do Exercício		211	632
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTAD	OOS_ABR	ANGENTE	S DOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABF EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE D	RANGENTES EZEMBRO	DOS
Em Milhares de Reais		
	2012	2011
Superávit do Exercício	211	632
Outros Resultados Abrangentes	-	-

Resultado Abrangente do Exercício

211

632

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DE-

	ZRMBRO - Em Milh			DL DL
	Zitilizito zini ilini	Patrimô-	Superávit	Total
		nio So-	Acumula-	
	SALDO EM 1º JANEIRO 2011	cial 985	do (96)	890
	Incorporação Déficit Acumulado	(96)	96	890
r	Ajustes de Exercícios Anteriores	(90)	(6)	(6)
d	Superávit do Exercício		639	639
	Superavit do Estercicio		037	037
	SALDO EM 31 DEZEMBRO 2011	890	632	1.522
	Incorporação Superávit Acumulado	632	(632)	-
	Superávit do Exercício	-	211	211
	SALDO EM 31 DEZEMBRO 2012	1.522	211	1.733
	SALDO EM 31 DEZEMBRO 2012	1.322	211	1./33
	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS	DE CAIX	A - Método	Indireto
	EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE de Reas	DEZEMI	BRO - Em 1	Milhares
	de Reais	3.		
	ATIVIDADE OPERACIONAL	~ /	2012	2011
	Superávit do Período		211	632
	Depreciação e Amortização		712	551
	Baixas do Imobilizado	_	16	17
	Juros Sobre Empréstimos Tomados		10	4
			942	1.204
	(AUMENTO) REDUÇÃO ATIVOS			
	Recursos Vinculados a Convênios		(2.924)	(1.660)
	Créditos a Receber		105	(565)
	Estoques Depósitos Judiciais		(1)	(21)
	Depositos Judiciais		(2.810)	(2.246)
	AUMENTO (REDUÇÃO) PASSI- VOS		(2.010)	(2.2.0)
	Fornecedores		(95)	172
	Obrigações Sociais e Trabalhistas		266	227
	Obrigações Tributárias		(3)	2
	Outras Contas a Pagar		62	_56
	Obrigações com Recursos Convênios		5.164	1.729
			5.394	2.186
	Caixa Líq. Proven.Ativ Operacionais		3.526	1.144
	Carxa Elq. 110ven.7tiv Operacionais		3.320	1.144
	ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
	Aquisição de Imobilizado		(3.289)	(1.137)
	Aquisição de Intangível		(38)	-
	Caixa Líquido Usado nas Ativ Invest		(3.327)	(1.137)
	Caixa Liquido Osado nas Ativ invest		(3.327)	(1.137)
	Aumento do Caixa e Equiv de Caixa		199	7
	Caixa e Equiv.Caixa em 1º Janeiro		135	129
	Caixa e Equiv.Caixa 31 Dezembro		333	135
	As notas explicativas são parte integrant	e das demo	onstrações fin	anceiras.
	Helder Lima de Queiroz Joã	o Valsecc	hi do Amar	al
_				